



JOÃO FERRÃO
J. M. PINTO PAIXÃO
Organização

METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

III

JOÃO FERRÃO é doutorado em Geografia Humana, investigador coordenador do ICS-ULisboa e especialista em estudos urbanos, ordenamento do território e desenvolvimento regional e local. Foi avaliador de políticas para o governo português e a Comissão Europeia, incluindo a avaliação *ex ante* dos Quadros Comunitários de Apoio II e III (Portugal).

JOSÉ MANUEL PINTO PAIXÃO é professor catedrático, na área disciplinar de Investigação Operacional, na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FC-ULisboa). É, desde 2017, vice-reitor da ULisboa, tendo exercido funções dirigentes na FC-ULisboa: presidente do Conselho Científico (1993-2001), presidente do Conselho Diretivo (1995-2001), e diretor (2009-13). Integrou o grupo de dinamização do processo de fusão entre a Universidade de Lisboa e a Universidade Técnica de Lisboa.



*Metodologias de Avaliação
de Políticas Públicas*

ORGANIZAÇÃO
João Ferrão e José Manuel Pinto Paixão

PREFÁCIO
António Cruz Serra



1. DOS PARADIGMAS, PRÁTICAS E TEORIAS DE AVALIAÇÃO ÀS METODOLOGIAS: UMA VISÃO PANORÂMICA

João Ferrão

Introdução

TODAS AS METODOLOGIAS de avaliação obedecem a pressupostos conceituais e operacionais de clareza e rigor. Desse ponto de vista, elas podem ser analisadas e debatidas em si, isto é, de um ponto de vista estritamente técnico-científico. A tendência «metodocêntrica» identificada por Kallemeyn *et al.* (2015), na maioria dos artigos sobre avaliação publicados em revistas da especialidade, atesta justamente a importância atribuída a esses aspectos.

Contudo, a aplicação, e mesmo a concepção, dessas metodologias não se processa num vácuo político, societal, económico, cultural e institucional. As metodologias de avaliação, como quaisquer outras metodologias, têm uma natureza instrumental. Constituem, por isso, um meio que é mobilizado para determinados fins e em contextos estruturais e institucionais particulares. Este capítulo visa enquadrar as metodologias de avaliação nos vários círculos que condicionam o seu desenvolvimento, a sua escolha e o uso que delas se faz. Por um lado, os paradigmas, as teorias e as práticas de avaliação, analisados numa perspectiva dinâmica. Por outro, os tipos e critérios de avaliação.

Todavia, a avaliação de políticas, programas e planos, por sua vez, reflete debates mais amplos sobre políticas públicas e o papel do Estado, valores e ética, conhecimento científico e a sua combinação com outros saberes, cidadania e participação pública, etc. E reflete também interesses da mais diversa natureza, uns disciplinares ou corporativos, outros nacionais ou supranacionais, outros ainda económicos ou políticos. É, pois, na convergência destes múltiplos fatores, com incidência no mundo da avaliação, que as diversas metodologias e o modo como podem ser combinadas devem ser entendidos e usados com rigor crítico.

O que avaliar, para quê e como, quando falamos de políticas, programas e planos públicos? Na verdade, as respostas a estas

questões têm variado não só entre países e ao longo do tempo, como também entre domínios de intervenção. Como salientam Shaw *et al.* (2013), não existe uma única história da avaliação mas várias. Tanto os discursos sobre avaliação como as práticas de avaliação são influenciados por múltiplos fatores, de natureza política, societal, económica, institucional e cultural. Discursos e práticas refletem contextos particulares, uns de âmbito nacional, outros relacionados com os domínios de intervenção. Compreende-se, por isso, que aspetos como a relevância atribuída à avaliação de políticas, programas e planos, o seu âmbito de aplicação, as perspetivas dominantes ou o uso dos seus resultados possam variar de forma significativa entre países e entre áreas de política pública.

No entanto, como sucede em muitos outros domínios das ideias e das práticas institucionais, os processos de globalização do conhecimento científico e o papel de entidades multinacionais (por exemplo OCDE) e supranacionais (por exemplo Comissão Europeia), bem como o de associações profissionais específicas (associações de avaliação americana e europeia, por exemplo) e o de organizações internacionais sem fins lucrativos que atuam em áreas particulares — por exemplo Cochrane no domínio da saúde, Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab (J-PAL) e o Institute of Development Studies (IDS) no campo do combate à pobreza e às desigualdades, Campbell Collaboration na construção de «políticas baseadas na evidência» —, têm contribuído para diluir algumas das fronteiras existentes entre tradições de avaliação nacionais e mesmo entre domínios de política. Essa diluição não apaga em definitivo a diversidade anterior, mas favorece convergências significativas em torno quer dos discursos sobre avaliação quer das práticas e dos critérios de avaliação. Ao mesmo tempo, contudo, emergem novas diferenciações, mas, como se verá mais à frente, agora sobretudo associadas à existência de perspetivas globais distintas sobre avaliação e não tanto a tradições nacionais ou de domínios de política particulares.

Neste contexto, poderá pensar-se que, dada a sua natureza mais técnica, as metodologias de avaliação de políticas, programas e planos públicos constituem o principal foco de convergência. Sendo em parte correta, esta suposição corre o risco de ocultar tendências que não são lineares nem de natureza apenas técnica. Dada a sua natureza instrumental, as metodologias utilizadas são um meio e, por isso, refletem necessariamente as perspetivas e as práticas de avaliação a que se recorre, pelo que não se revelam imunes — no modo como são

concebidas e utilizadas — às controvérsias de natureza mais global referidas no parágrafo anterior.

As metodologias de avaliação devem, assim, adequar-se a múltiplos fatores — tipo de avaliação (âmbito, instrumentos-alvo, finalidades, critérios), práticas de avaliação, perspectivas de avaliação e contexto político-institucional e cultural em que a avaliação decorre —, pressupondo-se que entre estes fatores, embora em combinações distintas, existe um alinhamento coerente e compatível com as opções teóricas e políticas adotadas. O elemento estruturador desse alinhamento é o entendimento sobre o que deve ser, em termos de orientação filosófica e princípios, a avaliação de políticas, programas ou planos públicos, o qual remete para um de entre vários paradigmas de referência subjacentes às avaliações efetuadas. Começemos, pois, por identificar os dois paradigmas, historicamente principais, em confronto neste domínio.

Principais paradigmas de avaliação: técnico-racionalista e dialógico

É relativamente consensual o reconhecimento de que a conceção de avaliação que emergiu a partir do período do pós-guerra, e que prevaleceu incólume durante cerca de três décadas, começou a ser alvo de críticas nos anos 1980, a partir de visões que pretendiam constituir uma alternativa à perspetiva então dominante.

Como salientam Bovens *et al.* (2008), a primeira geração de avaliação de políticas públicas acompanhou, em particular nos países da América do Norte e da Europa Ocidental, um período expansionista assente no lançamento de um conjunto de novas e ambiciosas políticas nacionais em diversas áreas, da saúde aos transportes, do ensino à segurança social ou ao planeamento regional, baseadas numa conceção intervencionista e keynesiana do papel do Estado. O período de maior escassez de recursos públicos, que se fez sentir a partir de meados dos anos 1980, a opção política por uma retração do papel direto do Estado, por transferência de funções das administrações centrais e regionais para empresas públicas, parcerias público-privadas e entidades privadas e da sociedade civil, em domínios onde até então a ação estadual fora crucial, e ainda uma maior preocupação com a participação dos cidadãos em decisões públicas, favoreceram

a emergência de um novo modelo de avaliação de políticas e programas.

Várias expressões têm sido utilizadas para sintetizar esta alteração de paradigma: tradição racionalista e tradição argumentativa (Bovans *et al.*, 2008), visão técnico-racional e visão sistêmica (Stern, 2013), perspectiva moderna/naturalista e perspectiva humanista/hermenêutica (Kallemeyn *et al.*, 2015), etc. Independentemente das expressões utilizadas, a leitura proposta por estes e outros autores assenta num diagnóstico muito semelhante acerca da evolução ocorrida no domínio da avaliação, mesmo quando colocam a tónica principal em aspetos distintos dos paradigmas em causa (ver, a título de exemplo, o Capítulo 19, sobre avaliação ambiental estratégica).

A diferença essencial entre estas tradições, visões ou perspectivas relaciona-se com o modo como levam, ou não, em consideração normas, valores, interesses e relações de poder (Bovans *et al.*, 2006: 324). O Quadro 1 sistematiza os elementos essenciais de cada um dos paradigmas acima referidos sob designações distintas, aqui identificados, respetivamente, como paradigma técnico-racionalista e paradigma dialógico.

Quadro 1. Paradigmas de avaliação técnico-racionalista e dialógico: principais características

Fonte: Elaboração do autor, baseado em Bovans *et al.*, 2006, Kallemeyn *et al.*, 2015, Shaw *et al.*, 2013, Stern, 2013

	PARADIGMA TÉCNICO-RACIONALISTA (ANOS 1950/60)	PARADIGMA DIALÓGICO (ANOS 1980/90)
Filosofia subjacente	· Positivismo: avaliação baseada em conhecimento neutro (<i>value-free</i>) (racionalidade técnico-científica).	· Pós-positivismo/construtivismo social: avaliação baseada em conhecimento socialmente construído (importância dos conhecimentos, culturas, atitudes e valores das várias partes envolvidas) e em processos de diálogo e de concertação de interesses (racionalidade comunicacional).

Princípios	<ul style="list-style-type: none">· Objetividade analítica: medição objetiva, quantificação.· Imparcialidade do avaliador: neutralidade política e moral (rejeição de quaisquer juízos de valor).	<ul style="list-style-type: none">· Importância da experiência humana.· A avaliação tem uma natureza de julgamento (juízo de valor).· Qualquer avaliação é inerentemente normativa e política (interferência de valores, crenças e ideologias).
-------------------	--	---

Pressupostos	<ul style="list-style-type: none">· Oposição radical entre factos e valores.· Utilização exclusiva de informação empírica rigorosa, fiável e validável.· Metodologias das ciências físicas e naturais (relações de causalidade entre intervenção e efeitos, generalização dos resultados).· Ausência de influência ou pressões de natureza política.	<ul style="list-style-type: none">· Impossibilidade de desligar factos e valores.· Impossibilidade de separar totalmente ciência e política.· A existência de interesses em concorrência implica que as avaliações incorporem uma dimensão de escolha ética e política.· A existência de relações de poder desiguais entre diferentes atores relevantes implica que as avaliações assegurem uma dimensão de democratização.
---------------------	---	--

Finalidade	<ul style="list-style-type: none">· Tomar decisões racionais sobre soluções ótimas em termos de eficácia (resultados) e eficiência (relação meios/resultados).	<ul style="list-style-type: none">· Revelar os sistemas de significado através dos quais os factos são interpretados por diferentes grupos.· Garantir que as preferências e os interesses e prioridades de todos os grupos são ouvidos.· O diálogo e a concertação de interesses como condição essencial para estabelecer consensos e compromissos.
-------------------	--	---

Contexto prevalente	<ul style="list-style-type: none">· Prevalência da formulação e lançamento de novas políticas, programas e planos.· Eficácia de políticas e programas.	<ul style="list-style-type: none">· Escrutínio de políticas, programas e planos novos e existentes.
----------------------------	---	---

Estes dois paradigmas de avaliação refletem um confronto mais amplo, presente na ciência e no domínio das políticas públicas: a oposição entre, por um lado, as perspectivas filosóficas de natureza positivista, baseadas na defesa da interpretação neutra de factos, na necessidade de fazer escolhas racionais e na possibilidade de definir soluções ótimas, e, por outro, as perspectivas pós-positivistas, em particular o construtivismo social, que salientam a realidade como uma construção social (mais do que os factos em si, interessam as interpretações que são feitas sobre esses factos), que é efetuada em contextos marcados por diferentes valores, interesses e relações de poder e, por isso, por dilemas éticos não suscetíveis de serem resolvidos pelos avaliadores com base em critérios e procedimentos estritamente técnico-racionais.

Práticas de avaliação associadas aos paradigmas técnico-racionalista e dialógico

A opção por um dos paradigmas anteriormente referidos tem implicações do ponto de vista da natureza das práticas de avaliação (Quadro 2), bem como da incidência das avaliações e do papel dos avaliadores (Quadro 3).

No que se refere à natureza das práticas de avaliação associadas a cada um dos paradigmas, o Quadro 2 procura sistematizar os traços essenciais que opõem uma avaliação entendida como uma prática técnico-científica — isto é, desenvolvida por especialistas com base em critérios de racionalidade científica — a uma avaliação considerada como uma prática participativa e emancipatória, ou seja, envolvendo múltiplos *stakeholders* e cidadãos, guiada não só por critérios técnico-científicos como também procedimentais (qualidade dos processos de diálogo e de concertação de interesses contraditórios) e normativos (consideração explícita de objetivos sociais de democratização, desenvolvimento e cidadania). Um desenvolvimento mais aprofundado de alguns dos desdobramentos desta última perspetiva é efetuado no Capítulo 4 por Fernandes, relativo ao que o autor designa globalmente por perspetivas orientadas por/para uma agenda social.

Quadro 2. Natureza das práticas de avaliação: caracterização dos paradigmas técnico-racionalista e dialógico

Fonte: Elaboração do autor, baseado em Stern, 2013

PARADIGMA TÉCNICO-RACIONALISTA (ANOS 1950/60)	PARADIGMA DIALÓGICO (ANOS 1980/90)
· Avaliação como prática técnico-científica.	· Avaliação como prática participativa (processo) e emancipatória (finalidade).
· Práticas de avaliação correspondem a um exercício analítico autónomo no contexto de uma sequência circular de fases (ciclo de vida da política ou programa).	· Práticas de avaliação correspondem a um exercício indissociável dos contextos sociais, culturais e institucionais em que são desenvolvidas.
· Avaliação efetuada por especialistas.	· Avaliação efetuada por especialistas, mas com o envolvimento de <i>stakeholders</i> e cidadãos.
· Orientação técnico-científica: escolhas legitimadas por critérios de racionalidade científica suscetíveis de validação e confiáveis.	· Orientação política e moral: escolhas legitimadas por critérios procedimentais (qualidade dos processos usados: comunicação, diálogo e concertação de interesses entre diferentes <i>stakeholders</i>) e por critérios normativos visando determinados objetivos (empoderamento [<i>empowerment</i>], melhoria social, democratização, cidadania, etc.).

Por último, no que diz respeito à incidência das práticas de avaliação e ao papel atribuído aos avaliadores, verificam-se igualmente diferenças significativas entre os dois paradigmas de avaliação, umas por coerência com as respetivas orientações filosóficas, outras refletindo o facto de o paradigma dialógico ter emergido posteriormente e, por essa razão, ter absorvido algumas tendências genéricas mais recentes nas práticas de avaliação. Em termos globais (Quadro 3), verifica-se uma maior maturidade (aplicação mais sistemática dos exercícios de avaliação) e uma crescente complexidade das práticas de avaliação, quer porque envolvem um maior número de domínios e temas de natureza transversal, quer porque se centram em questões de natureza

mais estratégica, quer ainda porque se confrontam com processos de avaliação mais interativos, longos e eticamente sensíveis.

Quadro 3. Incidência das práticas de avaliação e papel dos avaliadores: caracterização dos paradigmas técnico-racionalista e dialógico

Fonte: Elaboração do autor, baseado em Stern, 2013

	PARADIGMA TÉCNICO- -RACIONALISTA (ANOS 1950/60)	PARADIGMA DIALÓGICO (ANOS 1980/90)
Incidência da avaliação	· Aplicação não sistemática de avaliação de políticas, programas e planos.	· Institucionalização da avaliação de políticas, programas e planos.
	· Predomínio de avaliações disciplinares e por domínios de política (por exemplo saúde, educação, etc.).	· Importância das avaliações pluridisciplinares e por problemas ou temas, por vezes transversais a diferentes políticas (por exemplo sustentabilidade ambiental, igualdade de género, etc.).
	· Maior enfoque na avaliação de programas e projetos.	· Maior enfoque na avaliação de políticas e estratégias.
	· Prioridades de avaliação de natureza operacional.	· Prioridades de avaliação de natureza estratégica.
Papel dos avaliadores	· Conduta: garantia de qualidade e comportamento ético dos avaliadores regulados por códigos profissionais.	· Conduta: preocupações éticas codificadas e tácitas, no relacionamento dos avaliadores com os decisores e técnicos das entidades responsáveis pela avaliação, os <i>stakeholders</i> envolvidos na avaliação e os beneficiários das políticas e programas, bem como as populações cujas decisões são condicionadas pelos planos.
	· Participação do avaliador: termina com o exercício de avaliação.	· Participação do avaliador: maior envolvimento nas várias fases do ciclo de avaliação, incluindo disseminação de resultados, apropriação institucional dos resultados e uso efetivo das recomendações.

Teorias de avaliação: para lá do confronto entre os paradigmas técnico-racionalista e dialógico

O confronto entre os paradigmas técnico-racionalista e dialógico permite-nos perceber uma parte importante das dinâmicas de evolução dos discursos e das práticas de avaliação desde a sua emergência no período do pós-guerra (anos 1950). Eles correspondem, no entanto, a tipos-ideais no sentido weberiano. É verdade que entre os anos 1980 e o início deste século se verificou um debate aceso e direto entre estas duas visões. Entretanto elas evoluíram, em muitos casos para situações híbridas à luz das perspectivas iniciais, partilhando hoje aspetos como a incorporação de processos de participação ou o recurso a metodologias mistas (quantitativas e qualitativas). O Capítulo 8, sobre metodologia multicritério de avaliação, ilustra bem essa evolução. Aliás, as limitações de ambos os paradigmas são atualmente reconhecidas por um número crescente de autores, assistindo-se à proposta de novas visões, como a avaliação realista (Pawson e Tilley, 1997; Kazi, 2003) ou a análise reflexiva de políticas (Bovens *et al.*, 2008), que visam superar a oposição entre paradigmas, ainda que por vias bastante distintas.

Os defensores da avaliação realista, por exemplo, partilham a visão das ciências naturais (consideram que a realidade existe independentemente do conhecimento que sobre ela detemos) e procuram identificar relações causais e propor generalizações, o que parece aproximá-los do paradigma técnico-racionalista. Ao mesmo tempo, contudo, atribuem uma importância central ao papel dos atores (experiências, crenças, atitudes, acesso a recursos, etc.) na formulação e implementação de políticas, programas e planos, o que sugere uma maior proximidade em relação ao paradigma pós-positivista do construtivismo social (ver Quadro 1). No entanto, na avaliação realista os atores não são considerados de forma isolada, mas antes no âmbito dos contextos estruturais e institucionais que condicionam a sua ação. Do ponto de vista metodológico, os defensores deste tipo de avaliação combinam métodos quantitativos e qualitativos, não revelando uma preferência de princípio por qualquer deles. Independentemente das suas limitações (Marchal *et al.*, 2012), a avaliação realista constitui uma boa ilustração de uma perspectiva que procura superar a oposição rígida entre os paradigmas tecno-racionalista e dialógico.

Também a análise reflexiva de políticas proposta por Bovens *et al.* (2008) tem como objetivo ultrapassar o confronto entre os dois

paradigmas, facilitando um diálogo aberto e plural entre os defensores de distintas perspectivas de avaliação. Os autores classificam-na, por isso, como sendo uma perspectiva «revisionista». A análise baseia-se em duas dimensões de avaliação: a avaliação programática e a avaliação política. A dimensão de avaliação programática tem como foco a eficácia, a eficiência e a resiliência das políticas ou programas em avaliação. Baseia-se numa visão essencialmente instrumental (avaliação dos resultados e impactos das políticas e programas, como sucede no âmbito do paradigma técnico-racionalista), mas leva em consideração aspetos normativos e juízos de valor de natureza política (como ocorre no contexto do paradigma dialógico). A dimensão de avaliação política incide sobre o modo como as políticas ou programas e respetivos decisores políticos são percecionados e avaliados do ponto de vista político. O seu foco é a construção política das consequências e impactos das políticas e programas, ou seja, a importância da percepção construída (social e politicamente) sobre o sucesso ou insucesso atribuído à política ou ao programa em avaliação. Este exercício baseia-se em análises de conteúdo dos média e de outros documentos e em estudos de opinião sobre aspetos de legitimidade política (inquéritos ao grau de satisfação com a política, confiança nas instituições, etc.). Os resultados das duas dimensões de avaliação de uma política ou de um programa são suscetíveis de convergir ou divergir em graus muito diversos, podendo, por exemplo, ser bastante positivos em relação à primeira mas negativos no que se refere à segunda, ou o inverso.

Por comparação quer com a primeira geração de avaliação de políticas, programas e planos públicos, exclusivamente dominada pelo paradigma positivista técnico-racional, quer com as visões iniciais do construtivismo social que o pretenderam substituir, criticadas pelo seu relativismo e excessiva subjetividade em função de juízos de valor nem sempre explícitos, as perspectivas de avaliação são hoje mais plurais, recorrendo a uma maior diversidade de referenciais teóricos e metodológicos. Neste contexto, é interessante relembrar o conceito de «árvore das teorias de avaliação» proposto por Alkin e Christie (2004), com base no peso relativo que cada teoria atribui aos seguintes aspetos: métodos de avaliação, juízos de valor e uso dos resultados das avaliações.

Conforme salientam Kallemeyn *et al.* (2015:343), tendo como referência uma publicação mais recente daqueles autores (Christie e Alkin, 2013), é possível identificar três conjuntos principais de teo-

rias de avaliação, isto é, de perspectivas sobre as práticas de avaliação: a primeira centra-se na construção de conhecimento e atribui particular importância às metodologias, aos métodos e aos tipos de conhecimento considerados mais relevantes para diferentes avaliações e contextos (corresponde ao ramo «métodos de avaliação» da árvore das teorias de avaliação); a segunda foca-se em análises descritivas ou prescritivas dos valores dos vários *stakeholders* envolvidos nos processos de avaliação (ramo «juízos de valor»); a terceira tem como objetivo compreender o modo de assegurar o melhor uso, pelos respetivos utilizadores, dos resultados dos processos de avaliação, visando a efetiva resolução das questões em causa (ramo «uso dos resultados das avaliações»).

Shaw *et al.* (2013) referem que o conceito de «árvore das teorias de avaliação» é útil como forma de permitir uma visão estruturada das várias teorias existentes, mas que a diferenciação de acordo com os três ramos da árvore pressupõe uma visão demasiado unidimensional acerca de cada uma dessas teorias. Estes autores defendem, como alternativa, que todas as teorias de avaliação devem ser multidimensionais, ainda que possam atribuir um peso relativo maior a um dos três aspetos referidos.

Das teorias e práticas de avaliação às metodologias

Kallemeyn *et al.* (2015) realizaram uma análise de conteúdo, tendo como objetivo explorar empiricamente as semelhanças e as diferenças que se verificam entre as práticas de avaliação em países da América do Norte e da Europa. Com essa finalidade analisaram uma amostra de artigos publicados entre 2008 e 2011 nas revistas *American Journal of Evaluation* (representativa da American Evaluation Association) e *Evaluation* (da European Evaluation Society), os quais refletem as práticas de avaliação predominantes em cada um dos casos. Embora se verifiquem diferenças entre os dois universos geográficos de referência, a principal conclusão é de que os métodos e o rigor metodológico constituem o foco central da maioria dos textos analisados, correspondendo ao que os autores designam como predomínio de práticas de avaliação «metodocêntricas». Este resultado é interpretado como o reflexo de uma tendência internacional, influenciada pela generalização de uma cultura de auditoria

de desempenho, que tende a subalternizar ou mesmo ignorar aspetos filosóficos, éticos e de justiça social (Kallemeyn *et al.*, 2015: 351), ou recorrendo à caracterização dos ramos da árvore das teorias de avaliação proposta por Alkin e Christie (2004), que não coloca suficiente ênfase nas componentes relativas aos juízos de valor dos *stakeholders* e ao uso efetivo dos resultados das avaliações. Alguns anos antes, Vedung e Van der Doelen (2007) lamentavam o facto de a maior parte das avaliações de programas se concentrar no conhecimento dos efeitos, descurando as alterações de atitudes entretanto desencadeadas e, mais ainda, as modificações de comportamentos.

Este alerta é particularmente importante numa obra como esta, dedicada a metodologias e métodos de avaliação de políticas e programas públicos. Ambos podem ser analisados em si mesmos, de um ponto de vista técnico e procedimental. Esta é, aliás, uma condição essencial para melhorar a sua qualidade e garantir o seu uso adequado de acordo com as finalidades e os contextos associados a cada avaliação. Mas os resultados da análise desenvolvida por Kallemeyn *et al.* (2015) permitem-nos recordar a necessidade de articular de forma coerente perspetivas, práticas e métodos de avaliação, sendo que a escolha destes últimos, dada a sua natureza instrumental, deverá ser efetuada em função das duas primeiras. Recorde-se, por exemplo, que o paradigma técnico-racionalista valoriza, em coerência com as orientações filosóficas e princípios em que assenta, o monismo metodológico (positivista) e o predomínio de métodos quantitativos, enquanto o paradigma dialógico defende, também de modo coerente, o pluralismo metodológico e o recurso a metodologias qualitativas e mistas. Vale a pena relembrar, a este propósito, o início do título do texto pioneiro, hoje clássico, de Weiss (1995), sobre avaliação: não existe nada mais prático do que uma boa teoria².

Apesar do predomínio das perspetivas «metodocêntricas» identificadas por Kallemeyn *et al.* (2015) em ambas as revistas analisadas, é interessante verificar que os artigos da *Evaluation*, da European Evaluation Society, revelam, por comparação com a publicação congénere americana, uma maior preocupação com questões teóricas, métodos qualitativos e a utilização dos resultados das avaliações

2 O título completo deste texto, que lançou as bases da avaliação baseada na teoria (*theory-based evaluation*), é: *Nothing as Practical as Good Theory: Exploring Theory-based Evaluation for Comprehensive Community Initiatives for Children and Families*.

de um ponto de vista normativo, um maior recurso a metodologias que envolvem a participação de *stakeholders* e uma maior atenção à melhoria da capacidade de apropriação institucional das recomendações das avaliações efetuadas. Em certo sentido, apesar da aproximação de posições que tem vindo a ocorrer entre os diferentes países, as perspetivas predominantes na revista *American Journal of Evaluation* parecem estar mais próximas da tradição técnico-racionalista, enquanto na Europa o paradigma dialógico e as suas várias extensões teóricas alcançam uma maior presença relativa.

Os comentários anteriores realçam o modo como as dinâmicas de evolução das teorias e práticas de avaliação são marcadas, simultaneamente, por ruturas e continuidades, convergências e divergências. Essa evolução reflete fatores contextuais tanto internos a cada país (Weiss, 1999) como externos, nomeadamente associados à influência de organizações multi ou supranacionais: Banco Mundial, OCDE, Comissão Europeia, associações internacionais de avaliação, etc.

Furubo, Rist e Sandahl (2002) construíram, no início deste século, uma tipologia de situações que permitiu classificar um conjunto de 21 países de cinco continentes conforme a origem dos fatores que mais contribuíram para o avanço da realização de avaliações de políticas e programas públicos (Quadro 4).

Quadro 4. Fatores que mais condicionaram a expansão de uma cultura de avaliação em diferentes países

Fonte: Baseado em Furubo, Rist e Sandahl (2002:21)

		PRESSÃO EXTERNA	
		Forte	Fraca
PRESSÃO INTERNA	Forte	Alemanha, Dinamarca, Finlândia, França, Holanda, Reino Unido, Suécia	Austrália, Canadá, Coreia do Sul, EUA, Noruega
	Fraca	China, Espanha, Itália, Irlanda, Zimbabué	Israel, Japão, Nova Zelândia, Suíça

Os países com uma forte pressão interna favorável à avaliação da ação pública são genericamente aqueles em que o Estado teve um papel de liderança mais forte no período do pós-guerra, através do

lançamento de políticas nacionais ambiciosas em diversos domínios, o que lhes permitiu alcançar precocemente um significativo grau de maturidade das práticas de avaliação e consolidar uma cultura institucional de avaliação e aprendizagem permanentes. A esta pressão interna adiciona-se, no caso dos estados-membros da União Europeia (UE), a que é exercida pela Comissão Europeia e outros órgãos da UE no sentido de aplicar avaliações de diversa natureza de forma mais sistemática e alargada. Das restantes situações-tipo importa realçar o conjunto de países onde a evolução das práticas de avaliação se tem devido mais a fatores externos do que internos. É o que se verifica em relação a diversos países europeus periféricos (Espanha, Itália, Irlanda), a que se adicionaria certamente Portugal caso tivesse sido considerado nesta análise. São Estados sem uma tradição consolidada de avaliação e onde a sua concretização reflete mais exigências legais provenientes do seu enquadramento internacional, supranacional ou multilateral do que a existência de uma efetiva cultura de avaliação (ver, para o caso da avaliação das políticas de ordenamento do território em Portugal, Ferrão e Mourato, 2010).

Kallemeyn *et al.* (2015) referem que o estudo de Furubo, Rist e Sandahl (2002) foi replicado 10 anos mais tarde por Jacob, Speer e Furubo (2012)³ em 19 dos 21 países iniciais. A comparação dos resultados de ambos os estudos permitiu identificar três modificações principais: a diversificação de domínios de política sujeitos a processos de avaliação; a diversificação de instituições e tipos de avaliadores envolvidos nas avaliações em cada um dos domínios de política; e, finalmente, o relevo das avaliações de impacto, em detrimento das avaliações de resultados ou de processos, com destaque para as avaliações experimentais ou quasi-experimentais, como as análises aleatorizadas e controladas (*RCT — randomized-control trial*) e, mais genericamente, as avaliações fundamentadas em evidência empírica e científica (*evidence-based evaluation*). Shaw *et al.* (2013) salientaram, além destas metodologias, a emergência recente de meta-avaliações e de avaliações participativas. Em suma, a dimensão metodológica ressalta de novo como uma dimensão relevante,

3 O texto referenciado por Kallemeyn *et al.* (2015) refere-se a uma comunicação escrita, apresentada no encontro anual de 2012 da American Evaluation Association, a qual foi posteriormente publicada na revista *Evaluation* (Jacob, Speer e Furubo, 2015).

assumindo uma centralidade indiscutível como resposta ao avanço das práticas de avaliação em domínios cada vez mais alargados.

Dos tipos e critérios de avaliação às metodologias

A opção das metodologias a utilizar na avaliação de políticas e programas públicos reflete, por um lado, os paradigmas, teorias e práticas de avaliação adotados e, por outro, o tipo de avaliação em causa.

Ao longo do tempo têm sido propostos diversos critérios para definir os tipos de avaliação. Em 1967, Scriven introduziu a distinção entre dois tipos de avaliação complementares: 1) avaliações formativas, a realizar durante o decurso de políticas ou programas, que têm como objetivo fornecer informação relevante às entidades responsáveis pela sua execução e aos *stakeholders* envolvidos, que lhes permita introduzir melhorias; e 2) avaliações sumativas, a aplicar após a concretização da política ou programa, com o intuito de verificar se os objetivos inicialmente definidos foram alcançados, ou seja, o seu mérito e grau de sucesso, e por essa via induzir processos de aprendizagem nas diversas entidades envolvidas. Esta distinção foi importante, na medida em que permitiu adequar a natureza do exercício de avaliação a finalidades distintas e que se complementam no tempo.

Esta perspetiva, que permanece ainda hoje como uma referência relevante, sobretudo em domínios como a educação (Taras, 2005), evoluiu entretanto em dois sentidos principais. Por um lado, generalizou-se a diferenciação de tipos de avaliação ao longo das várias fases do ciclo da política pública: avaliação *ex ante* (associada à fase de formulação da política ou programa); avaliação intermédia ou intercalar (relacionada com a fase de execução da política ou programa) e avaliação *ex post* (aplicada após a conclusão da política ou programa). (Ver Capítulo 5 para uma análise mais pormenorizada da relação entre avaliação e ciclo da política pública.) Por outro lado, autores como Patton (1994, 2011) propuseram processos de avaliação contínuos, isto é, que decorrem de modo permanente ao longo das várias fases de uma política ou programa. Com esse objetivo, Patton sugeriu a aplicação de avaliações de desenvolvimento (*developmental evaluation*), sobretudo para temas e contextos que, pela sua complexidade e volatilidade, exigem uma capacidade de ajustamento permanente por parte dos vários atores envolvidos, de modo

a adequarem-se a obstáculos e circunstâncias com elevado grau de imprevisibilidade.

O enfoque da avaliação tem constituído outro critério para definir os tipos de avaliação. Bemelmans-Videc (2007), no capítulo introdutório de um livro sobre avaliação de instrumentos de política, recorda-nos que diversos autores introduzem uma distinção entre avaliações centradas no produto (a política, o programa ou o plano) e avaliações focalizadas no processo de formulação e execução de políticas, programas ou planos. As primeiras (enfoque no produto) incidem sobre os resultados e impactos da política, programa ou plano, sobretudo tendo por base critérios de eficácia (resultados e impactos obtidos) e eficiência (relação entre meios utilizados e resultados e impactos alcançados). As segundas (enfoque no processo) valorizam a qualidade dos processos de formulação e implementação das políticas, programas ou planos, recorrendo a critérios não só de eficácia e eficiência mas também a outros, como o da conformidade (correspondência dos aspetos administrativos da formulação e implementação das políticas, programas e planos com a legislação em vigor) e o da democracia (correspondência dos aspetos administrativos de formulação e implementação das políticas, programas e planos com as normas que regem as relações democráticas entre Governo e cidadãos). (Bemelmans-Videc, 2007: 7,8.) Em termos genéricos, podemos afirmar que as avaliações com enfoque no produto realçam sobretudo a eficácia, a eficiência e a utilidade da política, do programa ou do plano, enquanto as avaliações com enfoque no processo salientam, em particular, a adequação destes últimos aos objetivos visados e a sua relevância nos contextos políticos e sociais em que a avaliação decorre.

A AVALIAÇÃO DO PORTUGAL 2020 (PT2020)

João Ferrão

No âmbito do Portugal 2020, o Acordo de Parceria estabelecido entre Portugal e a Comissão Europeia relativo ao uso dos cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento — Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo de Coesão, Fundo Social Europeu (FSE), Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

(FEAMP) —, a efetuar durante o ciclo de programação financeira 2014-2020, foram produzidos três documentos sobre avaliação:

- «Plano Global de Avaliação do Portugal 2020»;
- «Orientações para o Planeamento e Preparação das Avaliações do Portugal 2020»;
- «Orientações para o Acompanhamento da Implementação das Recomendações das Avaliações do Portugal 2020 (*follow up*)».

O primeiro é o documento orientador da avaliação do Portugal 2020 e visa suscitar avaliações de qualidade, apoiadas em evidências sobre a eficácia, a eficiência e o impacto das intervenções (políticas e programas) desenvolvidas neste âmbito. Os dois documentos restantes correspondem a guias que complementam o Plano Global de Avaliação.

Ainda que a avaliação de programas financiados por Fundos Europeus Estruturais e de Investimento corresponda a um universo delimitado, face às várias avaliações de políticas e programas públicos, ela detém uma relevância suficiente para serem aqui identificadas algumas das mais importantes categorizações adotadas.

Princípios orientadores do objetivo global e dos objetivos específicos da avaliação do PT2020
Utilidade, objetividade, flexibilidade, independência, parceria, transparência, aprendizagem.

Tipos de avaliação (em função do seu objetivo).

Avaliação de impacto, avaliação de processo e meta-avaliações (avaliação das avaliações e meta-análises nas avaliações de impacto).

Critérios de avaliação

- i) Avaliações de processo: sobretudo relevância, coerência e eficiência (em particular a eficiência operativa);
- ii) Avaliações de impacto: sobretudo eficiência, eficácia, impacto e sustentabilidade, podendo, contudo, englobar a totalidade dos critérios;
- iii) Quando pertinente: aferição do Valor Acrescentado Europeu (VAE).

Métodos

Nas avaliações de impacto serão utilizados dois métodos:

- i) Avaliação de Impacto Contrafactual (dois tipos de abordagens: experimentais e não-experimentais ou quasi-experimentais);
- ii) Avaliação de Impacto Baseada na Teoria (diversos tipos de abordagens possíveis: teoria da mudança, avaliação realista, análise de processo [*process tracing*], etc.).

Fonte: <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/avaliacao>

Knill e Tosun (2012) introduzem uma outra tipologia de avaliações, baseada em quatro categorias: avaliação administrativa, avaliação jurídica, avaliação política e avaliação científica. A primeira inclui as várias avaliações efetuadas por solicitação das entidades da administração pública responsáveis por políticas, programas e planos, correspondendo, por isso, ao universo central desta publicação. No que se refere a esta categoria, os autores, recorrendo a Howlett *et al.*, 2009, distinguem o que designam por diversas «técnicas de avaliação»: processo (eficiência dos procedimentos de atuação), esforço (recursos orçamentais e humanos mobilizados), eficiência (atingir objetivos com o menor custo possível) e eficácia (relação entre objetivos definidos e objetivos alcançados pela política ou programa). As avaliações jurídicas (legalidade das políticas, programas e planos ou de alguns dos seus aspetos), políticas (perceções sobre o grau de sucesso da política, programa ou plano por parte de grupos políticos, organizações e cidadãos) e científicas (investigação ou investigação-ação sobre avaliação de políticas, programas e planos) são relevantes e merecem algumas menções em diversos capítulos desta publicação, mas ocupam neste caso uma posição subalterna em relação à designada avaliação administrativa.

Cada tipo de avaliação associa-se preferencialmente a determinados critérios e metodologias de avaliação, mas nem os primeiros nem as segundas são exclusivo de um único tipo de avaliação. Por outro lado, como houve ocasião de verificar, as tipologias de avaliação propostas por diversos autores tendem, não raramente, a sobrepor-se parcialmente. Por último, muitas avaliações baseiam-se em diversos critérios e combinam diferentes metodologias. Não existe, assim, uma relação linear entre tipo de avaliação, critérios de avaliação e

metodologias de avaliação, o que não significa que não ocorram algumas associações mais prováveis. Knill e Tosun (2012), por exemplo, salientam o modo como os métodos experimentais e quasi-experimentais ou os métodos qualitativos (entrevistas não estruturadas ou semiestruturadas, grupos focais, etc.) são particularmente relevantes na avaliação da eficácia de políticas e programas enquanto as avaliações económicas (por exemplo análises custo-benefício, custo-eficácia e custo-utilidade) desempenham um papel essencial no que diz respeito à eficiência.

Qualquer agregação de metodologias de avaliação integra, portanto, uma inevitável dose de arbitrariedade, mas não pode deixar de levar em conta quer a sua relação com tipos e critérios de avaliação quer as categorizações mais utilizadas na bibliografia de referência sobre avaliação. Assim, e embora cientes da artificialidade de qualquer agregação, optou-se por organizar a apresentação de diferentes metodologias de avaliação de políticas, programas e planos públicos em torno de quatro grandes categorias: metodologias de avaliação de processos e resultados; metodologias de avaliação de impactos; metodologias de avaliação de portfólios de instrumentos e de integração de prioridades transversais em políticas setoriais; e metodologias de avaliação da participação da sociedade civil nas políticas públicas (para uma organização distinta das metodologias usadas na avaliação de programas ver, por exemplo, Khandker *et al.*, 2010, ou Wholey *et al.*, 2015). Em relação a cada uma dessas categorias, e sem preocupações de exaustividade, são caracterizadas as metodologias com aplicação em Portugal, algumas já bem estabelecidas, ainda que em permanente processo de revisão crítica e rejuvenescimento, outras ainda emergentes e, por isso, em afirmação.

REFERÊNCIAS

- Alkin, M. C., e C. A. Christie. «An Evaluation Theory Tree». In *Evaluation Roots: Tracing Theorists' Views and Influences*, edição de M. C. Alkin, 12-65, Thousand Oaks, CA: Sage, 2004.
- Bemelmans-Videc, M.-L. «Introduction. Policy Instrument Choice and Evaluation». In *Carrots, Sticks, and Sermons: Policy Instruments and their Evaluation*, edição de M.-L. Bemelmans-Videc, R. C. Rist e E. O. Vedung (eds.), 1-18, New Brunswick (EUA) e Londres (Reino Unido): Transaction Publishers, 2007 (4.^a edição).

- Bovens, M., P. Hart e S. Kuipers. «The Politics of Policy Evaluation». In *The Oxford Handbook of Public Policy*, edição de M. Moran, M. Rein e R. E. Goodin, 319-335, Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.
- Christie, C. A., e M. C. Alkin. «An Evaluation Theory Tree». In *Evaluation Roots: A Wider Perspective of Theorists' Views and Influences*, edição de M. C. Alkin, 11-57, Thousand Oaks, CA: Sage, 2.^a ed., 2013.
- Ferrão, J., e J. Morais Mourato. «A Avaliação de Políticas Públicas como Fator de Aprendizagem, Inovação Institucional e Cidadania: o Caso da Política do Ordenamento do Território em Portugal». *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 12 (1) (2010): 9-28.
- Furubo, J.-E., R. C. Rist e R. Sandahl (eds.). *International Atlas of Evaluation*, New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, 2002.
- Howlett, M., M. Ramesh e A. Perl. *Studying Public Policy: Policy Cycles and Policy Subsystems*, Oxford: Oxford University Press, 2009.
- Jacob, S., S. Speer e J.-E. Furubo. *Institutionalization of Evaluation Matters*, paper presented at the annual meeting of the American Evaluation Association, Mineápolis, MN, 2012, outubro [posteriormente publicado em: *Evaluation*, 21 (1) (2015): 6-31].
- Kallemeyn, L. M., J. Hall, N. Friche e C. McReynolds. «Cross-Continental Reflections on Evaluation Practice Methods, Use, and Valuing». *American Journal of Evaluation*, 36 (3) (2015): 339-357.
- Kazi, M. «Realist Evaluation for Practice». *British Journal of Social Work*, 33 (6) (2003): 803-818.
- Khandker, S. R., G. B. Koolwal e H. A. Samad. *Handbook on Impact Evaluation: Quantitative Methods and Practices*. Washington DC: World Bank Publications, 2009.
- Knill, C., e J. Tosun. *Public Policy: A New Introduction*, Londres: Palgrave Macmillan, 2012.
- Marchal, B., S. van Belle, J. van Olmen, T. Hoérée e G. Kegels. «Is Realist Evaluation Keeping its Promise? A Review of Published Empirical Studies in the Field of Health Systems Research». *Evaluation*, 18 (2) (2012): 192-212.
- Patton, M. Q. «Developmental Evaluation». *Evaluation Practice*, 15 (3) (1994): 311-319.
- . *Developmental Evaluation: Applying Complexity Concepts to Enhance Innovation and Use*, Nova Iorque, NY: Guilford, 2011.
- Pawson, R., e N. Tilley. *Realistic Evaluation*, Londres: Sage, 1997.
- Scriven, M. «The Methodology of Evaluation». In *Perspectives on Curriculum Evaluation*, edição de R. Tyler, R. Gagne e M. Scriven, AERA Monograph Series — Curriculum Evaluation, Chicago: Rand McNally and Co, 1967.

Shaw, I. F., J. C. Greene e M. M. Mark. «Introduction. The Evaluation of Policies, Programs, and Practices». In *The Sage Handbook of Evaluation*, edição de I. F. Shaw, J. F. Greene e M. M. Mark, 1-30, Londres: Sage, 2013.

Stern, E. «Contextual Challenges for Evaluation Practice». In *The Sage Handbook of Evaluation*, edição de I. F. Shaw, J. F. Greene e M. M. Mark, 293-314, Londres: Sage, 2013.

Taras, M. «Assessment — Summative and Formative — Some Theoretical Reflections». *British Journal of Educational Studies*, 53 (4) (2005): 466-478.

Vedung, E., e F. C. J. van der Doelen. «The Sermon: Information Programs in the Public Policy Process — Choice, Effect, and Evaluation». In *Carrots, Sticks, and Sermons: Policy Instruments and their Evaluation*, edição de M.-L. Bemelmans-Videc, R. C. Rist e E. O. Vedung, 103-128, New Brunswick (EUA) e Londres (Reino Unido): Transaction Publishers, 4.^a edição, 2007.

Weiss, C. H. «Nothing as Practical as Good Theory: Exploring Theory-based Evaluation for Comprehensive Community Initiatives for Children and Families». In *New Approaches to Evaluating Community Initiatives: Concepts, Methods, and Contexts*, edição de J. P. Connell, A. C. Kubisch, L. B. Schorr e C. H. Weiss, 65-92, Washington, DC: The Aspen Institute, 1995.

———. «The Interface Between Evaluation and Public Policy». *Evaluation*, 5 (4) (1999): 468-486.

Wholey, J. S., H. P. Hatry e K. E. Newcomer (eds.). *Handbook of Practical Program Evaluation*. San Francisco, CA: John Wiley & Sons, 4.^a ed., 2015.

SÍTIOS WEB

INSTITUIÇÕES

African Evaluation Association

<http://www.afrea.org/>

Agência para o Desenvolvimento e Coesão I. P., Portugal

<https://www.portugal2020.pt/Portal2020/avaliacao>

Agencia Estatal de Evaluación de las Políticas Públicas y la Calidad de los Servicios (AEVAL), Espanha

<https://www.aeval.es/>

American Evaluation Association

<http://www.eval.org/>

APAI — Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes

<http://www.apai.org.pt/>

AvalPortugal. Associação Portuguesa de Avaliação

<https://avalportugal.wordpress.com/>

Cochrane

<http://www.cochrane.org/pt/evidence>

Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (CONEVAL)

<http://www.coneval.org.mx/Paginas/principal.aspx>

Development Co-operation Directorate (DCD-DAC), OECD

<http://www.oecd.org/dac/>

European Evaluation Society

<https://www.europeanevaluation.org/>

Independent Evaluation Group, World Bank Group

<http://ieg.worldbankgroup.org/>

Independent Evaluation Office of the International Monetary Fund

<http://www.ieo-imf.org/ieo/pages/ieohome.aspx>

International Labour Organization, Evaluation Office

<http://www.ilo.org/eval/lang-en/index.htm>

International Mapping of Evaluation Associations

<http://www.evalpartners.org/about/international-mapping-of-evaluation-associations>

International Initiative for Impact Evaluation (3ie)

<http://www.3ieimpact.org/>

IOCE — International Organization for Cooperation in Evaluation

<https://www.ioce.net/>

Sociedad Española de Evaluación

<http://www.sociedadevaluacion.org/>

Société Française de l'Évaluation

<http://www.sfe-asso.fr/>

United Nations Evaluation Group

<http://www.uneval.org/>

MANUAIS E GUIAS

EVASED: *The resource for the evaluation of Socio-Economic Development — Evaluation guide*, European Commission, setembro de 2013.

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/evaluation/guide/guide_evased.pdf

EVASED *Sourcebook — Method and techniques*, European Commission, setembro de 2013.

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/evaluation/guide/evaluation_sourcebook.pdf

The Green Book. Appraisal and Evaluation in Central Government, HM Treasury, julho de 2011.

https://www.cupe.co.uk/hres/green_book_complete.pdf

DOS PARADIGMAS, PRÁTICAS E TEORIAS DE AVALIAÇÃO

- The Magenta Book: Guidance for evaluation*, HM Treasury, abril de 2011.
https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/220542/magenta_book_combined.pdf
- Merino Cuesta, Marisa. *Fundamentos de evaluación de políticas públicas*. Espanha: Agencia Estatal de Evaluación de Servicios, 2010.
http://www.aeval.es/comun/pdf/evaluaciones/Fundamentos_de_evaluacion.pdf
- Plano Global de Avaliação 2014-2020. *Orientações para o planeamento e preparação das avaliações do Portugal 2020*, Rede PT2020, dezembro de 2016.
https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/AVALIACAO/02_20161228_OrientaçõesTdR_dez2016.pdf
- Stern, Elliot. *Impact Evaluation: A guide for commissioners and managers*, Bond for International Development, maio de 2015.
https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a0896de5274a31e000009c/60899_Impact_Evaluation_Guide_0515.pdf
- UN Women *Evaluation Handbook: How to Manage Gender-Responsive Evaluation*, 2015.
<http://genderevaluation.unwomen.org/en/evaluation-handbook>

REVISTAS

Evaluation

<http://journals.sagepub.com/home/evi>

American Journal of Evaluation

<http://journals.sagepub.com/home/aje>

New Directions for Evaluation

[http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1002/\(ISSN\)1534-875X](http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1002/(ISSN)1534-875X)

DOCUMENTOS SOBRE PADRÕES DE QUALIDADE DAS AVALIAÇÕES

American Evaluation Association Guiding Principles For Evaluators

<http://www.eval.org/p/cm/ld/fid=51>

American Evaluation Association Statement On Cultural Competence In Evaluation

<http://www.eval.org/p/cm/ld/fid=92>

Quality Standards for Development Evaluation, DAC-OECD, 2010

<http://www.oecd.org/dac/evaluation/dcdndep/44798177.pdf>

OUTROS RECURSOS

Better Evaluation — Sharing Information to Improve Evaluation

<http://www.betterevaluation.org/>

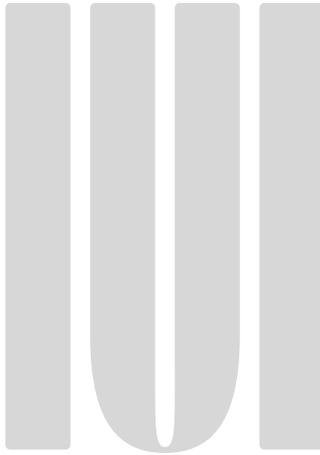
METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

EvalPartners

<http://www.evalpartners.org/>

Voluntary Organization of Professional Evaluators (VOPE), Institutional Capacity Toolkit

<http://vopetoolkit.ioce.net/en/page/about-toolkit>



ÍNDICE

Prefácio António Cruz Serra	IX
Introdução João Ferrão, José Manuel Pinto Paixão	XI
PARTE I. AVALIAÇÃO, CONHECIMENTO E SOCIEDADE	
1. <i>Dos paradigmas, práticas e teorias de avaliação às metodologias: uma visão panorâmica</i> , João Ferrão	5
2. <i>Riscos, incertezas e políticas públicas</i> , Helena Mateus Jerónimo	29
3. <i>Ética e políticas públicas</i> , Viriato Soromenho-Marques	39
4. <i>Contributos das perspetivas orientadas por/para uma agenda social</i> , Domingos Fernandes	49
PARTE II. AVALIAÇÃO, CICLO DA POLÍTICA PÚBLICA E INFORMAÇÃO	
5. <i>O ciclo da política pública: da formulação à avaliação ex post</i> , Susana Monteiro, Amílcar Moreira	71
6. <i>Sistemas de informação e indicadores</i> , Eduarda Marques da Costa	87
7. <i>Meta-análise: síntese quantitativa de resultados de investigação</i> , José Lima Santos	107
PARTE III. METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DE PROCESSOS E RESULTADOS	
8. <i>Metodologia multicritério de avaliação</i> , João Carlos Lourenço	143
9. <i>Avaliação de sustentabilidade ambiental em políticas públicas</i> , José Guerreiro, José Lino Costa, Henrique Cabral, Francisco Andrade	173
10. <i>Metodologias mistas na avaliação de políticas públicas</i> , Anália Torres, Dália Costa, Diana Maciel, Bernardo Coelho	203

PARTE IV. METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO

11. *Análises experimentais e políticas-piloto: ensaio clínico aleatorizado e controlado (RCT — Randomized Control Trial)*, António Vaz Carneiro 243
12. *Avaliação «pré-pós»*, Roberto Falanga 247
13. *Avaliação de impacto legislativo*, Nazaré da Costa Cabral 263
14. *Avaliação de impactos territoriais*, João Mourato, Mário Vale 289
15. *Avaliação de impacte na saúde*, Leonor Bacelar Nicolau, Maria João Heitor, José Pereira Miguel 309

PARTE V. METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO ECONÓMICA

16. *Análise macroeconómica*, João Ferreira do Amaral 333
17. *A perspetiva da microeconomia na avaliação de políticas públicas*, Manuel Mira Godinho, Carlos Farinha Rodrigues 349

PARTE VI. METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DE PORTEFÓLIOS DE INSTRUMENTOS E DE INTEGRAÇÃO DE PRIORIDADES TRANSVERSAIS EM POLÍTICAS SECTORIAIS

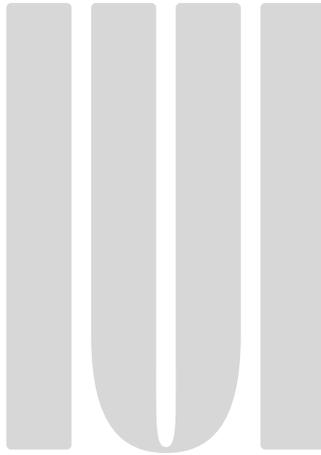
18. *Metodologias de avaliação de políticas combinadas*, Manuel Laranja 369
19. *Avaliação ambiental estratégica*, Maria do Rosário Partidário 383
20. *Auditorias de género*, Paula Campos Pinto, Anália Torres, Margarida Queirós 411
21. *Avaliação de políticas de inovação*, Manuel Laranja 433

PARTE VII. METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

22. *Avaliação de processos participativos com a sociedade civil*, Roberto Falanga 455
23. *Living Labs: um exemplo de metodologia de avaliação participativa ex ante*, Isabel André 481

ÍNDICE

24. <i>Auditorias cidadãs: um exemplo de metodologia de avaliação participativa on-going</i> , Paulo Castro Seixas	493
Glossário	506
Notas biográficas	535
Índice	549



Esta primeira edição da obra
Metodologias de Avaliação de Políticas Públicas
é publicada pela Imprensa da Universidade
de Lisboa, no mês de julho de 2018.

Na sua composição foram usados
tipos das famílias Sabon e Grotzec.

Foi impressa por Papelmunde
em papel Snowbright 75 ISO 80 g.